

O PROCESSO DE INCLUSÃO DE UM ALUNO COM DEFICIÊNCIA MENTAL NO ENSINO MÉDIO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Michele Dias Velásquez
Andréa Tonini

Na década de 90, no Brasil, algumas mudanças ocorreram em relação a educação das pessoas com deficiência, ocasião em que o paradigma da integração passou a dar lugar ao paradigma da inclusão. Antes, o educando com deficiência deveria se adaptar às exigências da escola; com o paradigma da inclusão a escola tem que se adaptar para atender as necessidades educacionais temporárias ou permanentes de seus educandos.

Até pouco tempo atrás, o nível previsto de escolaridade das pessoas com deficiência mental, era no máximo até a quarta série do ensino fundamental em consonância com a própria formação dos Educadores Especiais que é para o atendimento das séries iniciais. Com o processo de inclusão esta concepção está ampliando-se, pois a proposta da educação inclusiva, vem crescendo consideravelmente. Atualmente encontramos em escolas regulares de ensino, educandos matriculados também nas séries finais do ensino fundamental e nas séries iniciais do ensino médio através da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Desde a Lei nº 9394/96 – Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), muitas pesquisas em relação a inclusão de educandos com necessidades educacionais especiais foram feitas e publicadas, sendo direcionadas em sua maioria, aos anos iniciais do ensino fundamental. Desta forma a educação de jovens e adultos, e a inclusão de educandos com deficiência mental nesta modalidade, é algo inovador em se tratando das escolas estaduais de Santa Maria/RS.

Assim, o presente estudo de caso, realizado no 2º semestre de 2004 e 1º semestre de 2005, tem como objetivo geral investigar como está sendo realizado o processo de inclusão de um educando com deficiência mental na Educação de Jovens e Adultos (EJA), no ensino médio de uma escola estadual.

1. Acadêmica do curso de pós-graduação em educação especial

2. Orientadora, professora do departamento de educação especial

3. Artigo elaborado a partir da monografia de pós – graduação intitulada: O processo de inclusão de um aluno com deficiência mental no ensino médio na educação de jovens e adultos.

Entretanto, outros objetivos foram contemplados, que são: apurar os principais desafios encontrados pelos professores no processo de inclusão do educando; verificar como está sendo realizado o trabalho da educadora especial com o educando incluído; buscar dados sobre a história de vida do educando e identificar no Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar da Escola aspectos pertinentes ao processo de inclusão escolar na EJA. O presente estudo monográfico caracteriza-se por ser uma pesquisa de abordagem qualitativa, estudo de caso, de cunho predominantemente descritivo.

A pesquisa qualitativa tem como uma de suas características o contato direto e prolongado do pesquisador com a situação a qual está investigando, sendo este, o principal instrumento da pesquisa.

As técnicas na pesquisa qualitativa podem ser representadas de forma mais freqüente, pela observação participante, entrevistas, histórias ou relatos de vida.

1. Acadêmica do curso de pós- graduação em educação especial
2. Orientadora, professora do departamento de educação especial
3. Artigo elaborado a partir da monografia de pós – graduação intitulada: O processo de inclusão de um aluno com deficiência mental no ensino médio na educação de jovens e adultos.

2.1 Histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

No Brasil, a educação de jovens e adultos se constitui como tema de política educacional a partir dos anos 40. Foi nessa década que se iniciou a preocupação de oferecer os benefícios da escolarização a amplas camadas da população, até então excluídas da escola. Essa tendência se expressou em várias ações e programas governamentais.

Ainda nos anos 40 a educação de adultos era entendida como uma extensão da escola formal, principalmente para a zona rural.

A identidade da Educação de Jovens e Adultos começa a ser organizada a partir da proposta da Campanha Nacional de Educação de Adultos em 1947. Conjuntamente deu-se também lugar a instauração no Brasil de um campo de reflexão pedagógica em torno do analfabetismo e suas conseqüências psicossociais, entretanto, ela não chegou a produzir nenhuma proposta metodológica específica para a alfabetização de adultos, nem um paradigma pedagógico próprio para essa modalidade de ensino.

Nos anos 50, a educação de adultos era entendida como uma “Educação de Base”, com desenvolvimento comunitário. Com isso surgem, no final dos anos 50, duas tendências significativas na Educação de Adultos: a educação de adultos entendida como uma educação libertadora, concientizadora, pontificada por Paulo Freire; e a educação de adultos entendida como profissionalizante.

O Ministério da Educação e Cultura organizou, em 1952, a Campanha Nacional de Educação Rural e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, ambas tiveram poucas realizações e tempo curto, além do 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, tendo a participação marcante de Paulo Freire. Seus trabalhos vão compreender a educação como um instrumento de libertação das classes populares.

Nos anos 60, quando o trabalho de Paulo Freire passou a direcionar diversas experiências de educação de adultos, e que foi elaborada uma proposta metodológica específica para a alfabetização de adultos e o paradigma pedagógico próprio para essa modalidade de ensino só veio a ocorrer no início dos anos 60,

1. Acadêmica do curso de pós- graduação em educação especial

2. Orientadora, professora do departamento de educação especial

3. Artigo elaborado a partir da monografia de pós – graduação intitulada: O processo de inclusão de um aluno com deficiência mental no ensino médio na educação de jovens e adultos.

Em 1964 o Ministério da Educação organizou o “O programa Nacional de Alfabetização de Adultos”, cujo planejamento incorporou largamente as orientações de Paulo Freire, cujo plano educacional tinha por base a transformação social e a libertação dos oprimidos.

Essa e outras experiências acabaram por desaparecer e desestruturar-se sob a violenta repressão dos governos do ciclo militar iniciado naquele mesmo ano. O exílio não impediu, entretanto, que o educador Paulo Freire continuasse a desenvolver no exterior sua proposta de alfabetização de adultos.

A partir de 1967 o Governo Federal organizou o denominado Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), um programa de proporções Nacionais, voltado a oferecer alfabetização a amplas parcelas dos adultos analfabetos nas mais variadas localidades do País. Esse Movimento baseava-se no pensar das correntes do Solettra Mobral e Leia Brasil, fundamentado nos estudos de Freire:

Como já foi dito, o método do Mobral baseia-se em palavras de grande uso em todo o território nacional, chamadas de palavras geradoras: escola, comida, sapato, tijolo. etc, sempre correspondendo a atividades das pessoas que fazem parte do seu dia-a dia (educação, alimentação,vestuário, emprego, habitação,etc) e que sejam também palavras fácies de serem trabalhadas.

De início, o sistema enquadra o aluno que não lê, ou sequer vê escrita uma palavra. Mas, ela, a palavra, já está presente, em imagem, em cada cartaz apresentado pelo professor: o chamado cartaz gerador (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO ECULTURA).

O Mobral, instalou Comissões Municipais por todo país, responsabilizando-se pela execução das atividades enquanto controlava rígida e centralizadamente a orientação, supervisão pedagógica e produção de materiais didáticos. Sendo concebido como ação que se extinguiu depois de resolvido o problema do analfabetismo.

Embora este movimento tivesse baixa articulação com o sistema de ensino básico, foi concebido como um sistema que visava o controle da alfabetização da população, principalmente, rural.

- 1.Acadêmica do curso de pós- graduação em educação especial
- 2.Orientadora, professora do departamento de educação especial
- 3.Artigo elaborado a partir da monografia de pós – graduação intitulada: O processo de inclusão de um aluno com deficiência mental no ensino médio na educação de jovens e adultos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA estabelecem que o MOBREAL:

A partir de 1970 foi reestruturado, passou a ter volumosa dotação de recursos, provinda de percentual da Loteria Esportiva e sobretudo deduções do Imposto de Renda, dando início a uma campanha massiva de alfabetização e de educação continuada de adolescentes e adultos (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA, p. 45, 2000).

Ao longo dos anos 70, o Mobral diversificou sua atuação visando a sua sobrevivência. Não parou de crescer atingindo todo o território nacional e diversificando sua atuação. Uma de suas iniciativas foi o Programa de Educação Integrada (PEI), que era a condensação do primário. Esse programa abria a possibilidade de continuidade de estudos para os que estavam começando a ser alfabetizados, mais para o final do período, a responder às críticas em relação à falácia dos números que apresentavam como resultado ou a insuficiência do domínio rudimentar da escrita que era capaz de promover.

Em 1986, em comemoração ao Ano Internacional da Alfabetização, foi criada, no Brasil, a comissão Nacional de Alfabetização, coordenada inicialmente por José Eustáquio Romão.

O direito mais amplo à educação básica foi estendido aos jovens e adultos na Constituição Federal de 1988, como resultado do envolvimento no processo constituinte de diversos setores progressistas que se mobilizaram em prol da ampliação dos direitos sociais e das responsabilidades do Estado no entendimento às necessidades dos grupos sociais mais pobres. O ensino supletivo já havia se implantado efetivamente em todo o território Nacional, embora de modo heterogêneo. Esse segmento de ensino foi atendido predominantemente por meio de modalidades não presenciais, nas quais a baixa interação professor - aluno e a flexibilidade de organização se associam a baixos custos de funcionamento.

Nos anos 90, foi extinta a Fundação Educar, sucedânea do Mobral, logo após a posse do governo Fernando Collor de Mello. Com o fechamento da Fundação Educar, o Governo Federal ausentou-se desse cenário educacional, havendo um esvaziamento constatado pela inexistência de um órgão ou setor do Ministério da Educação voltado para esse tipo de modalidade de ensino.

1. Acadêmica do curso de pós-graduação em educação especial

2. Orientadora, professora do departamento de educação especial

3. Artigo elaborado a partir da monografia de pós – graduação intitulada: O processo de inclusão de um aluno com deficiência mental no ensino médio na educação de jovens e adultos.

O Ministério da Educação, então, desencadeou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), com o objetivo de mobilizar a sociedade em prol da alfabetização de crianças, jovens e adultos por meio de comissões envolvendo órgãos governamentais e não - governamentais durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, surgindo na mesma época no Rio Grande do Sul o Projeto Ler e o Adote um Adulto Analfabeto.

Em 1996, uma emenda à Constituição supriu a obrigatoriedade do ensino fundamental aos Jovens e Adultos, mantendo apenas a garantia de sua oferta gratuita, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), promulgada em 1996, por sua vez, diluiu as funções do ensino supletivo nos objetivos e formas de atendimento do ensino regular para crianças, adolescentes e jovens.

Segundo a lei 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, contam no Título V, Capítulo II, dois artigos relacionados, especificamente, à educação de Jovens e Adultos, assegurando as oportunidades necessárias à EJA, sendo eles:

ART-37 A educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do anulado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.

2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

ART-38 Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

-I- no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de 15 anos.

-II- no nível de conclusão do ensino médio, para maiores de 18 anos.

2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão oferecidos e reconhecidos mediante exames.

Portanto , ao assinalar tanto os cursos quanto os exames supletivos, a lei os tem como compreendidos dentre dos novos referencias legais e da concepção da EJA aí posta.

Assim , a Constituição Federal de 1988 exige a participação do Governo e da Sociedade Civil na supressão do analfabetismo, e com a LDBEN (Lei nº 9394/96) há uma ressignificação, então, da concepção da EJA, com a elaboração de diretrizes na

1.Acadêmica do curso de pós- graduação em educação especial

2.Orientadora, professora do departamento de educação especial

3.Artigo elaborado a partir da monografia de pós – graduação intitulada: O processo de inclusão de um aluno com deficiência mental no ensino médio na educação de jovens e adultos.

formulação de políticas de analfabetismo, com ampla participação social, quando passa a ser vista como modalidade de ensino.

Com a criação da EJA a alfabetização de jovens e adultos pôde ser mais bem compreendida a partir de uma proposta pedagógica de ação dialógica, uma proposta na qual o educador e o educando, são sujeitos ativos da interação e o educador desenvolverá um papel de mediador do conhecimento, sendo que o processo de construção do conhecimento assume um caráter democrático, problematizando as relações entre educador e educando. Essas propostas tiveram com base os trabalhos de Paulo Freire. Sua proposta de alfabetização, passa a considerar o alfabetizando enquanto sujeito que aprende a ler e a escrever, produzindo, construindo seu próprio conhecimento sobre a leitura e a escrita, respeitando e utilizando as experiências de cada aluno.

É o que Paulo Freire chama de leitura de mundo:

As preocupações em valorizar as experiências do cotidiano escolar, a dialogicidade e a ênfase às vivências dos alunos e aos seus saberes práticos, superando conhecimento de senso comum que possuem, considerando-o, no entanto, um ponto de partida para a aprendizagem, sobre o qual o educador não deve ter nenhum preconceito (FREIRE, apud PADILHA, 2001, p. 7).

Esta nova concepção trouxe para o movimento a idéia de que ao aprenderem a ler e escrever, o educando traz experiência de vida e que essas devem ser sempre o ponto de partida para a alfabetização.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2001), por sua vez, sugere caminhos a serem seguidos para a erradicação do analfabetismo e para um resgate da cidadania por parte de jovens e adultos que não tiveram acesso à escola. Neste sentido, a Educação de Jovens e adultos visa inserir os educandos à sociedade, melhorar sua qualidade de vida e ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho.

É imprescindível, nesta concepção a atuação dos educadores que desenvolverão o trabalho na EJA, pois este deve ter como objetivo conhecer as necessidades e limitações dos educandos, sempre levando em consideração suas vivências e experiências, a fim de oferecer a estas pessoas a possibilidade, de conquistar autonomia e cidadania.

1. Acadêmica do curso de pós- graduação em educação especial

2. Orientadora, professora do departamento de educação especial

3. Artigo elaborado a partir da monografia de pós – graduação intitulada: O processo de inclusão de um aluno com deficiência mental no ensino médio na educação de jovens e adultos.

2.3 Aspectos Fundamentais para a Escola Inclusiva

Como se pode pensar em inclusão sem considerar a transformação da escola? Pois é aí que a qualidade das interações serão fundamentais para a efetivação do processo educativo inclusivo. É na escola que conceitos de participação e colaboração são promovidos e estabelecidas as relações com a diversidade humana.

O paradigma da inclusão deve servir de parâmetro à gestão educacional para a efetivação de Projetos Políticos Pedagógicos que privilegiem o respeito às diferenças, numa transformação histórica para processos de exclusão presentes na educação brasileira. Pois não é de hoje que pessoas buscam caminhos para superação da indiferença, da injustiça, da discriminação e do preconceito.

Para que o processo de inclusão seja realmente efetivado, todos envolvidos devem se mobilizar, discutir, refletir, criar modos de fazer diferenciados.

Incluir é dar condições, pensar estas condições, planejá-las e replanejá-las. Para incluir é preciso ter uma visão crítica de mundo, estudar o mundo, reconhecer-se parte dele produto e produtor de cultura. Incluir não é só colocar crianças na sala de aula-que crianças? Que sala? que aula? É planejar com base nas necessidades locais. Incluir é denunciar as mentiras e a ilusão, é ter utopias e fazê-las realidade. Incluir é sentir-se incluído, é ter amor-próprio e saber valer seus direitos cumprindo seus deveres. Incluir é ver mais de perto, reparar, olhar para os detalhes, imaginar possibilidades, juntar-se a outros... (Padilha, apud LAPLANE E GÓES, 2004, p. 117).

As questões citadas acima devem estar presentes quando se deseja discutir aspectos fundamentais de uma escola para todos e de todos.

Pode-se perceber que o assunto inclusão vem crescendo no âmbito educacional nos últimos tempos. Desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) as escolas devem estar preparadas para atender os educandos com necessidades educacionais especiais (N.E.E).

Segundo as Diretrizes Nacionais da Educação Especial para a Educação Básica:

- 1.Acadêmica do curso de pós- graduação em educação especial
- 2.Orientadora, professora do departamento de educação especial
- 3.Artigo elaborado a partir da monografia de pós – graduação intitulada: O processo de inclusão de um aluno com deficiência mental no ensino médio na educação de jovens e adultos.

considera-se educandos com necessidades educacionais especiais os que durante o processo educacional, apresentam: dificuldades acentuadas de aprendizagem, ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atitudes curriculares, compreendidos em dois grupos:

- a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;
- b) dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e código aplicáveis (RESOLUÇÃO nº 2/2001-CNE, p.1).

Pode-se dizer que educandos com N.E.E são os indivíduos que apresentam desvios ou atrasos, em uma ou várias áreas do processo de desenvolvimento (motor, sensorial, mental e sócioemocional) sendo considerados como diferentes ou desviantes por fugirem do padrão da normalidade. Mas também podem ser consideradas pessoas com N.E.E as que apresentam dificuldades de aprendizagem, em decorrência tanto de fatores individuais, econômico ou socioculturais.

Em relação a escola inclusiva, o artigo 59 da LDBEN/96 refere que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades,
- II- terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados,
- III- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para o atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns,
- IV- educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora;
- V- acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (LDBEN n. 9394/96).

Hoje, o que se precisa, é de profissionais da educação capazes de buscar conhecimentos pertinentes para proporcionar uma educação de qualidade. Deve-se admitir a importância dos educadores do ensino regular para concretização da

- 1.Acadêmica do curso de pós- graduação em educação especial
- 2.Orientadora, professora do departamento de educação especial
- 3.Artigo elaborado a partir da monografia de pós – graduação intitulada: O processo de inclusão de um aluno com deficiência mental no ensino médio na educação de jovens e adultos.

escola inclusiva, mas infelizmente o que se percebe é a dificuldade, e até mesmo mal estar, que alguns educadores apresentam ao aceitar a matrícula do educando com deficiência em sua sala de aula.

Pode-se tentar compreender as dificuldades que estes profissionais enfrentam, pois é difícil deparar-se com o desconhecido, até porque causa sentimentos, conflitantes na maioria das vezes, provocados pelo receio e, conseqüente frustração, de não atingirem o desenvolvimento esperado.

Esta insegurança em relação à pessoa com deficiência torna os profissionais inertes frente ao educando incluído e daí, seu descomprometimento com a efetivação no processo educacional.

As professoras comovem-se diante do enigma que a “alteridade deficiente” lhe apresenta, indagando-se acerca da condição humana e da dimensão ética de eu fazer e de seu estar junto a ela, ao mesmo tempo e que paralisam diante das incertezas que “esse outro” suscita. Entregam-se ao encontro, experimentando-se, desconcertadas, reconhecem não mais saber o que fazer e como. A colhem “esse outro” e dele desistem, esquecendo-o, à medida que vão acostumando com as dificuldades que ele aporta (FONTANA, FURGERI E PASSOS, apud LAPLANE E GÓES, 2004, p.151).

É preciso o redimensionamento da escola e do papel do educador para atender às necessidades dos educandos e, desta forma, possibilitar a construção do hoje, em direção ao futuro.

A educação inclusiva, na maioria das vezes, focaliza-se no déficit do educando, retirando da escola e dos educadores a responsabilidade perante o educando. Os profissionais envolvidos no ensino inclusivo devem entender que a responsabilidade da aprendizagem não está somente no educando, mas no tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola possa proporcionar. Tais mecanismos devem ir ao encontro das necessidades do educando, minimizando suas incapacidades, caso elas existam. O Projeto Político Pedagógico de cada escola, que se diz inclusiva, deverá atender ao princípio da flexibilidade em seu currículo, respeitando o caminhar próprio do educando e favorecendo seu progresso escolar.

1.Acadêmica do curso de pós- graduação em educação especial

2.Orientadora, professora do departamento de educação especial

3.Artigo elaborado a partir da monografia de pós – graduação intitulada: O processo de inclusão de um aluno com deficiência mental no ensino médio na educação de jovens e adultos.

A avaliação educacional, ao contrário do modelo tradicional classificatório, deverá sinalizar para o desenvolvimento e aprendizagem do potencial do educando, considerando os conhecimentos já adquiridos, como também, aqueles que estão em processo.

Outro aspecto importante para a inclusão é que os educadores reconheçam e aprendam a adequar o currículo através das adaptações curriculares, pois estas se constituem em possibilidades do educador em atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais.

As adaptações curriculares estabelecem uma relação harmônica entre as necessidades do educando e as respostas educacionais a serem propiciadas. Os educandos devem reconhecê-las como medidas preventivas possibilitando ao educando com N.E.E conteúdos curriculares mais ajustados às condições individuais, pois através destas adaptações, os incluídos terão a possibilidade de se desenvolver.

As adaptações curriculares se diferenciam em duas adaptações básicas:

1. Adaptações de acesso ao currículo: modificações ou disponibilização de recursos especiais, materiais ou de comunicação, que facilitarão que os alunos com NEE possam desenvolver o currículo comum ou, conforme o caso, o currículo adaptado.

2. Adaptações curriculares: modificações que são realizadas a partir da programação dos objetivos, conteúdos, metodologia, atividade, critérios de procedimentos de avaliação para atender às diferenças individuais. Dentro dessas adaptações podem ser identificadas dois tipos:

a) Adaptações curriculares não significativas: modificações realizadas nos diferentes elementos da programação planejada para todos os alunos de um ciclo ou aula, mas que não afetam o ensino básico do currículo oficial. Implicam, principalmente, diferenças quanto às proposições curriculares estabelecidas por uma escola para todos os seus alunos, mas não eliminações de aprendizagem fundamentais ou básicas do currículo oficial.

b) Adaptações curriculares significativas: modificações que são realizadas a partir da programação e implicam e eliminação de alguns ensinamentos básicos do currículo oficial: objetivos, conteúdos e critérios de avaliação (GONZALES, 2002, p. 164).

Pode-se dizer que das adaptações mencionadas acima a que mais se aproxima a realidade constatada do educando é as adaptações curriculares significativas onde o educador vai eliminar alguns conteúdos que julga desnecessário para o desenvolvimentos do educando.

1. Acadêmica do curso de pós- graduação em educação especial

2. Orientadora, professora do departamento de educação especial

3. Artigo elaborado a partir da monografia de pós – graduação intitulada: O processo de inclusão de um aluno com deficiência mental no ensino médio na educação de jovens e adultos.

Sendo assim, o currículo pode e deve ser modificado para beneficiar o desenvolvimento pessoal e social dos educandos, resultando em modificações que podem ser de maior ou menor expressividade. Independentemente da escola ainda não ter pensado a questão da inclusão sob um prisma curricular, os educadores podem, com ações simples, como a realização das adaptações curriculares, fomentar a aceitação das diversidades que circulem na escola.

O discurso educacional, em diversos momentos da história, tem se caracterizado por difundir ideologias, camuflando e mistificando muitas vezes a realidade que está aí posta. Este é o momento de implementar as necessárias reformulações, sejam administrativas, pedagógicas, culturais ou atitudinais, para que a inclusão ocorra realmente.

O término desse estudo de caso, trouxe uma indagação: até que ponto a inclusão, da maneira como está proposta na escola pesquisada, vem sendo benéfica para o educando com deficiência? Justifica-se tal questionamento na medida em que foi possível detectar, além da falta de interesse e vontade de alguns educadores em aceitar o educando, verificou-se também pouco envolvimento desses educadores com sua aprendizagem.

Observou-se que a teoria em relação à inclusão nos torna sonhadores e até mesmo idealistas e que a prática presenciada em sala de aula nos torna críticos e reflexivos em relação aos nossos saberes e o processo de inclusão.

A partir das indagações e reflexões surgidas durante a pesquisa, acredita-se que a melhor atitude é incluir, é lutar para que o aluno seja beneficiado neste processo. Para tanto, deve-se sensibilizar o educador que desenvolve o trabalho no ensino regular fazendo-o reconhecer o seu papel. A inclusão, depende de toda a gestão escolar, mas, principalmente, do educador de ensino regular, que precisa aprender a trabalhar com a diversidade e buscar os conhecimentos necessários para sua atuação pedagógicas.

Também foi interessante conhecer de forma mais profunda a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, onde suas funções equalizadoras e reparadoras vêm ao encontro de uma educação de qualidade para os grupos minoritários, como

1. Acadêmica do curso de pós- graduação em educação especial

2. Orientadora, professora do departamento de educação especial

3. Artigo elaborado a partir da monografia de pós – graduação intitulada: O processo de inclusão de um aluno com deficiência mental no ensino médio na educação de jovens e adultos.

os com deficiência. Esta modalidade poderá auxiliar a efetivação do processo de inclusão até mesmo pela flexibilidade de seu currículo.

O professor tem dificuldade de trabalhar com a diversidade em sala de aula, entretanto tem-se ainda muito a aprender. Mas a escola está disposta a mudar, até porque a inclusão na EJA, no ensino médio, é um assunto novo na escola e que necessita ser trabalhado e a escola está procurando meios através de estudos, palestras e formação.

Com relação à escola estudada, pode-se dizer que já estão ocorrendo mudanças no Projeto Político Pedagógico em relação à inclusão, nas adaptações curriculares e nas avaliações. A supervisão está procurando mecanismos através de palestras e discussões, para melhor trabalhar a formação dos educadores, contando com o apoio e auxílio de uma Educadora Especial.

Ao analisar o desempenho da educadora especial, pode-se perceber que a gestão escolar estava confundindo o real papel da Educação Especial, que é de auxiliar o educando e os demais envolvidos no processo de inclusão e não retirar a responsabilidade do educador perante ao aluno com deficiência. Certamente, o trabalho da educadora é de grande valia frente às barreiras, principalmente as atitudinais dos profissionais que desenvolvem um trabalho com o aluno incluído. Mas mudanças estão ocorrendo, o caminho está se abrindo para o processo de inclusão.

Entende-se que este estudo foi capaz de contribuir para os futuros educandos incluídos no ensino médio na EJA, pois a escola estudada estará melhor preparada para recebê-los e apta a realizar as adaptações necessárias.

No decorrer das entrevistas e das observações, esclarecimentos e conhecimentos sobre assuntos pertinentes à inclusão foram realizados com alguns profissionais da escola, sujeitos da pesquisa. Essa interação fez-nos acreditar que não só a Escola de Ensino Básico deve estar trabalhando em prol deste processo mas as universidades, através de projetos de extensão realizados nas escolas tanto da rede estadual, municipal como particular também.

1.Acadêmica do curso de pós- graduação em educação especial

2.Orientadora, professora do departamento de educação especial

3.Artigo elaborado a partir da monografia de pós – graduação intitulada: O processo de inclusão de um aluno com deficiência mental no ensino médio na educação de jovens e adultos.

A pesquisa permitiu concluir, ainda, que a escola e os profissionais envolvidos com o processo de inclusão devem repensar sobre os rumos que a educação inclusiva vem tomando em nosso país. A modalidade da EJA , poderá auxiliar em tal processo, mas para que isso ocorra várias mudanças deverão acontecer e, com certeza, não serão de um dia para outro, pois no mundo escolar as transformações são lentas e ocorrem de forma gradual.

- 1.Acadêmica do curso de pós- graduação em educação especial
- 2.Orientadora, professora do departamento de educação especial
- 3.Artigo elaborado a partir da monografia de pós – graduação intitulada: O processo de inclusão de um aluno com deficiência mental no ensino médio na educação de jovens e adultos.